

Relatório e Contas 2011



ARSENAL DO ALFEITE



Edição
Arsenal do Alfeite, S.A.

Design
Gabinete de Estudos e Projectos

Arsenal do Alfeite, S.A.
Alfeite
2810-001 Almada

Telefone: **+ 351 210 950 800**
Fax: **+ 351 210 950 957**
Email: **arsenal@arsenal-alfeite.pt**

Internet: **WWW.ARSENAL-ALFEITE.PT**

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4
PARTE I – RELATÓRIO DE GESTÃO	
1. ORIENTAÇÕES DE GESTÃO	6
2. RECOMENDAÇÕES DO ACCIONISTA	8
3. ACTIVIDADE	10
4. INOVAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	14
5. RECURSOS HUMANOS	18
6. CONTRATAÇÃO PÚBLICA	23
7. DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO	26
8. LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	29
9. PERSPECTIVAS FUTURAS	31
10. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	33
11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	37
PARTE II – CONTAS	
1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	39
2. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	46
3. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	73
4. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	75



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2011 foi na Arsenal do Alfeite, S.A um ano muito difícil, dado que continuam por cumprir os pressupostos constantes do contrato de concessão, a recessão que condicionou a diversificação dos mercados e o efeito conjugado com as restrições orçamentais impostas à Marinha Portuguesa, nomeadamente na manutenção dos meios navais.

A Arsenal do Alfeite, S.A tem uma capacidade instalada para a realização de 650 mil horas/ano e foi solicitada a sua colaboração, no corrente ano, para um patamar próximo das 275 mil horas.

O diferencial resultante, identificado como capacidade necessária, mas não utilizada, está a degradar de forma significativa a exploração da empresa que, este ano, apresenta um prejuízo ligeiramente superior a dois milhões de euros.

A conjugação das necessidades de reparação da Marinha com as nossas competências instaladas e com a necessária rendibilidade associada à exploração é um triângulo impossível de assegurar, pelo que, ou as disponibilidades da Marinha se alteram, ou se alteram as competências ou não se assegura uma exploração equilibrada.

Caberá a quem de direito assegurar um equilíbrio estável nesta triangulação, contudo, deverá ter ciente que a perda de uma capacitação dificilmente será no futuro recuperada.

Conjugada com a limitação acima exposta, foi a empresa classificada como Entidade Pública reclassificada através do Decreto-Lei n.º 29-A/2011 de 01 de Março, que originou a subordinação à Lei de Execução Orçamental, que por sua vez, impõe a subordinação à: i) assumpção de compromissos, ii) prestação de informação e iii) unidade de tesouraria.

A primeira subordinação impõe que só podem ser efectuadas despesas após a obtenção dos correspondentes fundos, o que por si só, impossibilita o funcionamento da empresa num mercado concorrencial.

Este conjunto de preocupações não esmorece a determinação do Conselho de Administração para encontrar as soluções que possibilitem ultrapassar as dificuldades encontradas e, conseqüentemente, possibilitar que a empresa continue na senda do sucesso.

Alfeite, 01 de Março de 2012

O Conselho de Administração



Victor Maria Lima Borges Brandão



José Miguel Antunes Fernandes



ORIENTAÇÕES DE GESTÃO

Após a tomada de posse do novo Conselho de Administração da Empordef (accionista único), em Agosto de 2011, foi transmitido à empresa a necessidade de equilíbrio financeiro, como objectivo claro e inequívoco.

Desde essa data, iniciaram-se um conjunto de estudos com esse desiderato, cuja implementação se propõe que seja efectuada pela nova equipe de gestão que assumirá liderança organizacional para o triénio 2012/14.



RECOMENDAÇÕES DO ACCIONISTA

A empresa cumpriu as orientações emanadas pelo accionista, nomeadamente as resultantes da Assembleia-Geral de aprovação de contas de 2010, bem como as

decorrentes das medidas tomadas a nível governamental com impacto nas empresas públicas.



ACTIVIDADE

A actividade da empresa caracterizou-se, no ano de 2011, pela continuação dos projectos que estavam em curso no dia 1 de Janeiro e, bem assim, pela execução de todos os que foram surgindo ao longo do ano.

De salientar a conclusão da modernização do N.R.P. D. Carlos I e as acções de manutenção programada RI03/D03 do N.R.P. Álvares Cabral e RI02/D02 do N.R.P. Cassiopeia e, ainda, as intervenções em diversos navios de clientes externos à Marinha e que, no seu conjunto, representaram 6% da totalidade de hXH's vendidas – um aumento significativo relativamente aos 2% do ano anterior.



N. R. P Álvares Cabral a entrar na Doca Seca - 21MAR11

Relativamente à intervenção na “Álvares Cabral” que decorreu entre 01Fev e 21Nov 2011, é de referir que, pela primeira vez, uma revisão intermédia de um navio desta classe registou um atraso de apenas duas semanas e por motivos da exclusiva responsabilidade do cliente: atraso na entrega de sobressalentes.

No que se refere às intervenções em navios estranhos à Marinha, refira-se que foram intervencionados os seguintes: Catamarã “Jorge de Sena” e Catamarã “Almeida Garret”

(Soflusa), NM “Madragoa” e NM “Campolide” (Transtejo), Ferry “Rola do Mar” (Atlantic Ferries Tráfego Local, Fluvial e Marítimo, S.A), MV Leiria (Naveiro), Ponta de São Lourenço (Cargo Ships), Sichem Croisic (V Ships). Aos poucos, diferentes armadores começam a deixar-se convencer pelas capacidades, competência e qualidades das reparações da Arsenal do Alfeite, S.A.

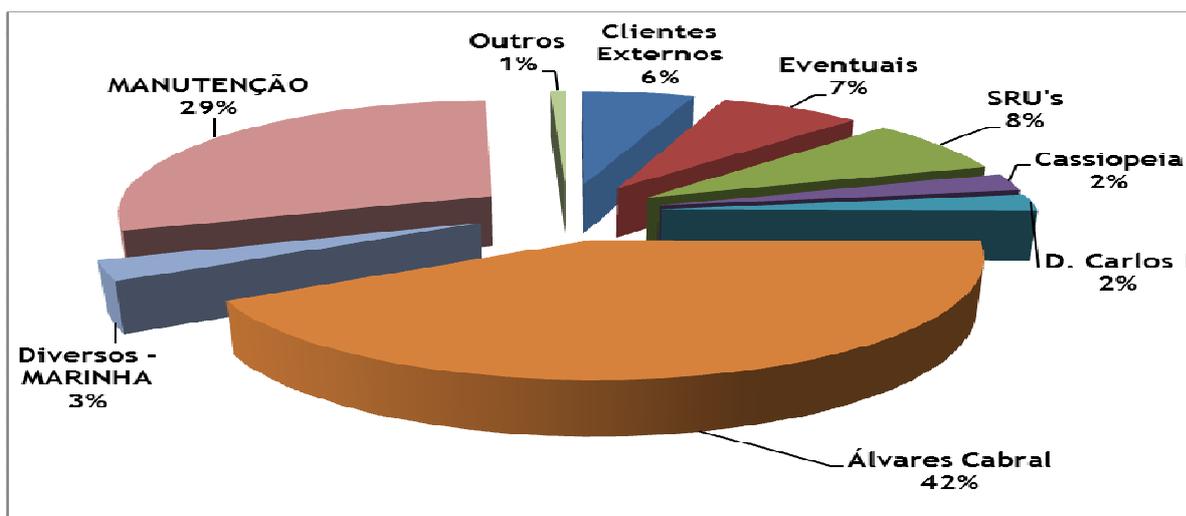


Rola do Mar a sair da Doca Seca - 18NOV11

Decorrente das restrições orçamentais que se verificaram, assistiu-se, por parte da Marinha, a uma diminuição significativa da manutenção planeada e, em paralelo, ao aumento das reparações eventuais e, principalmente, urgentes (SRU's). Este tipo de acções de manutenção representou, respectivamente, 7% e 8% da totalidade de hXH's vendidas.

Pela mesma razão, verificou-se um incremento expressivo da manutenção interna, que passou dos 17% em 2010 para os 29% em 2011 e inclui, entre outros, a preparação da Carreira n.º 4 para alagem de navios.

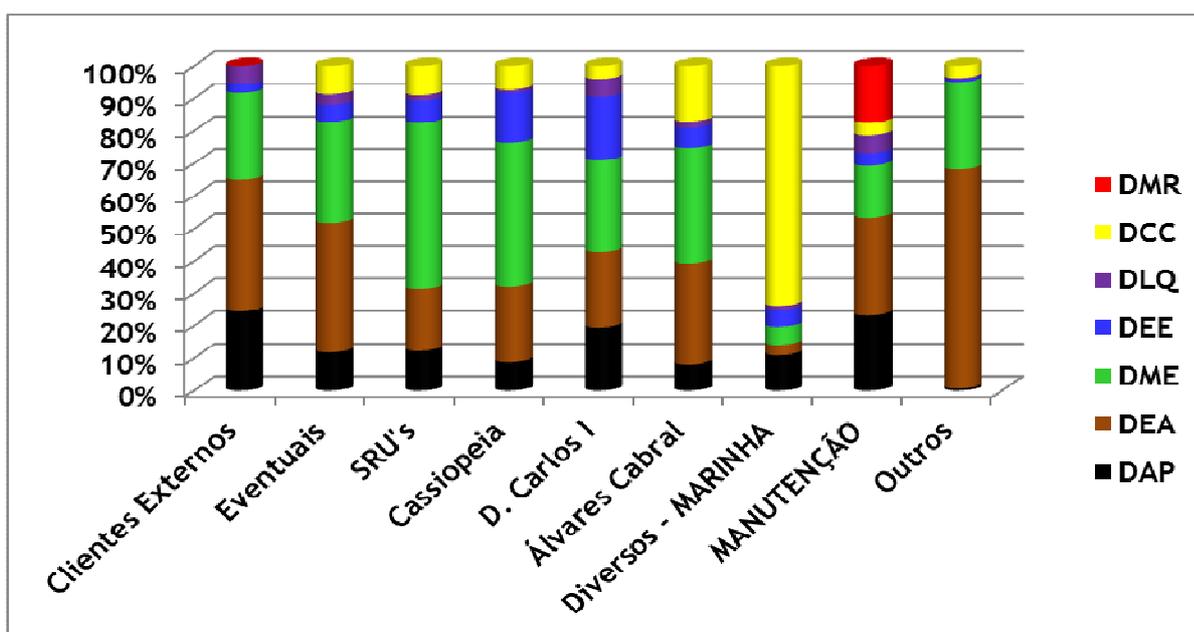
Os recursos humanos utilizados, ao longo do período em análise, distribuíram-se pelos diversos projectos, de acordo com o gráfico seguinte:



O item "Clientes Externos" designa o conjunto dos trabalhos correspondentes às actividades relacionadas com as intervenções nos navios estrangeiros à Marinha, enquanto o item "Diversos - Marinha" corresponde ao conjunto dos trabalhos realizados para a Marinha, de valor unitário inferior a 10 000€. O item "Outros" refere-se a trabalhos e actividades

no âmbito de garantias e à construção do modelo "Azevia".

A actividade dos diversos serviços (áreas tecnológicas), agrupados por Divisões, dividiu-se pelos projectos indicados, da forma que o gráfico seguinte pretende resumir:



O ano de 2011 pauta-se, ainda, pela participação da Arsenal do Alfeite, S.A em diversos eventos de índole comercial, tais como, o Encontro das Indústrias da Defesa e do Mar, Segurex 2011, Portugal Exportador 2011, Conferência do Mar 2011, Conferência do Atlântico, entre outras.

CLASSIFICAÇÃO DA ARSENAL DO ALFEITE, S.A COMO ENTIDADE PÚBLICA RECLASSIFICADA

Regista-se, ainda, no ano de 2011, a classificação da Arsenal do Alfeite, S.A, por força do Artigo 47º da Lei de Execução Orçamental (Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 01 de Março), enquanto Entidade Pública Reclassificada (EPR).

Resumidamente, pretende-se, com esta classificação, equiparar a Arsenal do Alfeite, S.A aos Serviços e Fundos Autónomos sendo, conseqüentemente, integrada no universo do orçamento do Estado.

A par da conseqüente obrigação de unidade de tesouraria e apresentação de um orçamento para o ano de 2012, acarreta ainda tal classificação, diversas obrigações de informação e reporte que se afiguram pesadas em termos de organização interna, as quais se encontram elencadas no ponto I-6 do presente relatório referente aos deveres especiais de informação.

Porém, e apesar das obrigações serem consideravelmente pesadas para a organização, destaca-se, sobretudo, as imposições decorrentes do regime da assunção de responsabilidades, o qual determina que só podem ser efectuadas despesas após a obtenção dos

correspondentes fundos e mediante prévia cabimentação e inscrição no orçamento.

Ora, tal regime, por si só, impossibilita o funcionamento da empresa num mercado concorrencial, inviabilizando a adopção de qualquer estratégia com vista ao alcance de recursos independentes da Marinha e, conseqüentemente, do Orçamento Geral do Estado.

Tais preocupações foram objecto de comunicação superior, aguardando-se a competente resolução da questão.



INOVAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Dada a situação actual da construção e reparação naval, a Arsenal do Alfeite, S.A entendeu como fundamental apostar decisivamente na "Inovação e Desenvolvimento" como vector estratégico, visando um aumento da competitividade e uma maior penetração no mercado.

Esta postura consumou-se, durante o ano de 2011, no "upgrade" de anteriores projectos de sucesso desenvolvidos no estaleiro, com o objectivo de se atingirem soluções que visem uma redução acentuada nos custos de construção dos diferentes

navios, sem comprometer a sua qualidade e sem descurar as questões ambientais.

Com o objectivo relatado, durante o ano de 2011, foram desenvolvidas novas linhas das diversas classes de lanchas anteriormente projectadas e construídas no estaleiro. Foi o caso das L145 e L280.

Foram também desenvolvidos novos conceitos, por forma a preencher uma lacuna existente na oferta para o mercado de lanchas de fiscalização até 50m, tendo sido realizados estudos conceptuais para as L400 e L490.

ESTUDOS E PROJECTOS

Concepção

Em 2011, o Gabinete de Estudos e Projectos desenvolveu alguns projectos conceptuais dos quais se relevam:

"LC560"

Tendo sido constatada alguma procura recorrente, sobretudo por parte de países africanos, foi também considerado oportuno actualizar a configuração e renovar do ponto de vista funcional e também estético

as lanchas de desembarque LDG construídas e projectadas no antigo Arsenal do Alfeite. Surgiram assim as LC560 ilustradas na gravura anexa.



"L490"

Com o objectivo de dar resposta aos requisitos da Marinha para as futuras LFC, o Gabinete de Estudos e Projectos da Arsenal do Alfeite, S.A

desenvolveu o conceito de uma nova lancha de fiscalização costeira, com 49 m de comprimento total, com um casco inovador, construído em aço.

**"L400"**

Perante a muito baixa oferta no mercado e o muito elevado custo de lanchas de fiscalização com comprimento superior a 40 m capazes de atingirem velocidades excedendo 35 nós, entendeu-se que no portfólio da Arsenal do Alfeite, S.A deveria

constar uma lancha com essa dimensão, construída em compósito ou, alternativamente, em alumínio, capaz de atingir velocidades da ordem dos 40 nós. Assim surgiu a L400.

**TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO**

Durante o ano de 2011, o Gabinete de Tecnologias de Informação (GTI) procedeu às alterações necessárias ao Sistema Informático de Apoio à Gestão Integrada da Produção (SIAGIP), com vista à sua conformação a novos normativos de gestão. Foram, ainda, realizadas as modificações necessárias ao cumprimento de normativos

legais, nomeadamente ao Procedimento de Execução e Controlo Orçamental.

Foi concluída a instalação e configuração de novos servidores centrais com utilização de virtualização.

Procedeu-se à entrada em funcionamento das novas vertentes do SI, sendo

acompanhada da desactivação de serviços e servidores anteriores.

Foram reavaliados os tipos de licenciamento do software base do Siagip, tendo-se optado por modificar o tipo de licenças, o que trará uma redução considerável nos custos de manutenção.

Desenvolveram-se todos os preparativos de instalação e migração para uma nova versão de Base de Dados, prevista entrar em operação no início de 2012.

Concluiu-se, ainda, o estudo e a especificação para a remodelação da

infraestrutura da rede informática, dando origem à aquisição do equipamento central. Para este efeito, instalaram-se alguns novos ramais de fibra óptica que serão parte inicial da remodelação da rede a ter ocasião no primeiro trimestre de 2012.

Embora independente da rede informática interna, ficou estabelecida uma ligação à rede dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC), permitindo postos de trabalho informáticos em utilização das valências do SI dos ENVC.



GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

A Arsenal do Alfeite, S.A. iniciou o ano de 2011 com um efectivo de 638 pessoas. Em virtude de uma política de admissões restritiva e do elevado número de saídas voluntárias registado, assinala-se uma

redução significativa do referido efectivo ao longo do ano, cifrando-se em 608 em 31 de Dezembro de 2011, com a seguinte distribuição por vínculo:

<i>Membros do Conselho de Administração</i>	3
<i>Comissão de serviço</i>	3
Acordo de cedência de interesse público	542
	(13 em comissão de serviço)
Comissão normal de serviço (pessoal militar)	20
<i>Contrato de trabalho por tempo indeterminado</i>	31
<i>Contrato de trabalho a termo certo</i>	9

A população caracteriza-se pela sua natureza industrial e por ser

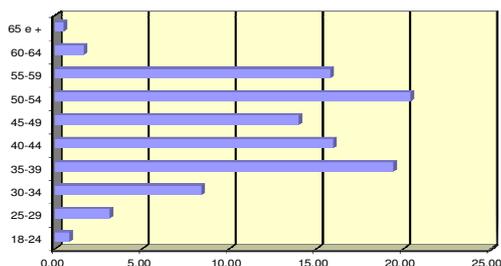
maioritariamente masculina, conforme ilustram os gráficos seguintes:



A idade média situa-se nos 45,1 anos e a estrutura habilitacional revela que a maioria dos trabalhadores tem uma escolaridade

igual ou superior ao terceiro ciclo do ensino básico.

Estrutura Etária

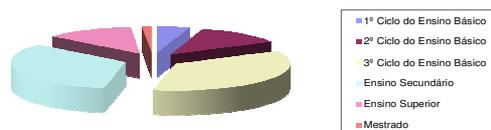


Em 2011 registou-se um absentismo moderado, sendo o índice de ausência de 5,8%.

Inversamente, a rotação externa foi elevada, de cerca de 3,5%, devendo-se ao elevado número de saídas - 37 no ano em análise.

A política salarial subordinou-se às orientações do governo sobre esta matéria, não tendo sido negociadas actualizações salariais. Foram, inversamente, aplicadas as reduções remuneratórias e as medidas

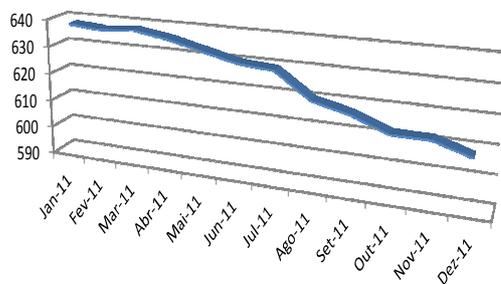
Habilitações Literárias



de redução da despesa previstas, nomeadamente, na Lei n.º 12-A/2012, de 30 de Junho, no Decreto-Lei n.º 137/2010 de 28 de Dezembro e na Lei n.º 55-A/2010 de 31 de Dezembro.

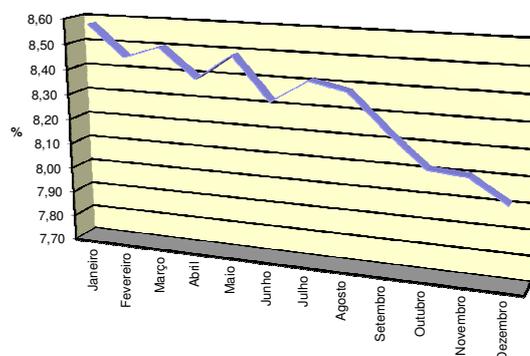
A gestão de carreiras foi igualmente condicionada pelas medidas citadas no parágrafo anterior, caracterizando-se o ano de 2011 pela progressiva diminuição do efectivo e dos encargos com remunerações permanentes.

Evolução do Efectivo



Em 2011, efectuou-se o levantamento e caracterização de postos de trabalho e a concepção do Manual de Competências da empresa. Procura-se, por esta via, criar um documento que permita um conhecimento organizacional metódico, sistémico e partilhado sobre as principais tarefas que constituem cada uma das funções existentes na AASA, centrando-se nas

Evolução dos Custos Remuneratórios



dimensões de experiência, habilitações académicas, formação profissional e máquinas e ferramentas utilizadas.

Da diversa legislação implementada, destaca-se a introdução do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Assumindo que o reforço da formação profissional enquanto factor potenciador da qualificação dos trabalhadores é determinante para o aumento da produtividade, executou-se o plano de formação para 2011, ajustado às disponibilidades e necessidades da empresa. As fases do ciclo formativo foram asseguradas, relativamente à formação interna, à formação externa e à formação ministrada nas escolas da Marinha, desde o levantamento das necessidades de formação até à avaliação da eficácia da formação, concretizando-se o seguinte:

Número de acções de formação frequentadas

105

Técnico de Electrónica/Computadores (Nível III)
 Técnico de Electrónica/Computadores (Nível III)
 Técnico de Manutenção Industrial/ Mecatrónica (nível III)
 Técnico de Electrónica/Equipamentos (nível III)

10 formandos (concluído em 24.06)
 11 formandos (concluído em 21.06)
 9 formandos
 11 formandos (concluído em 13.05)

No âmbito do protocolo de cooperação entre o Ministério da Educação, a Escola Secundária da Amora e a Arsenal do Alfeite, S.A., manteve-se em funcionamento no Serviço de Formação e Desenvolvimento o Ensino Recorrente por Módulos Capitalizáveis de nível secundário no ano lectivo de 2010/2011, tendo sido frequentado por 93 alunos, maioritariamente pessoal da Marinha pertencente às unidades sediadas na área do Alfeite.

O referido ensino reabriu para o ano lectivo de 2011/2012, com 24 alunos, aguardando-se decisão do Ministério da Educação sobre o início da turma do 1º ano do curso *EFA* –

Número de horas de formação ministradas

10966

Número de participantes

447

O Serviço de Formação e Desenvolvimento acolheu e respondeu pela formação prática de quatro cursos no âmbito do Sistema de Aprendizagem e de Educação e Formação de Jovens, da responsabilidade do Instituto de Emprego e Formação Profissional, na seguinte conformidade:

Novas Oportunidades, com 17 alunos inscritos.

Reconhecendo a importância da formação e da integração no mercado de trabalho de jovens, a Arsenal do Alfeite, S.A., proporcionou a realização de estágios em contexto de trabalho a 16 estudantes, sendo 5 da Escola Naval e os restantes de cursos profissionais.

ACÇÃO SOCIAL

No âmbito da promoção da responsabilidade social da empresa, realça-se o apoio aos filhos dos trabalhadores consubstanciado no protocolo celebrado entre o IASFA, a Marinha e a Arsenal do Alfeite, S.A., regulador da frequência do

berçário, creche e jardim de infância do Centro de Apoio Social do Alfeite. Beneficiaram do referido protocolo os trabalhadores com filhos entre os 4 meses e os 5 anos, nos seguintes quantitativos:

Ano lectivo de 2010/2011 – 35 crianças

Ano lectivo de 2011/2012 – 30 crianças

Igualmente dirigida aos filhos dos trabalhadores, foi organizada e realizada uma colónia de férias durante o mês de Julho, abrangendo 63 crianças e jovens entre os 6 e os 15 anos.

A acção social desenvolveu-se, ainda, nas áreas do desporto, destacando-se os torneios de *futsal* e de pesca, do convívio, destacando-se as comemorações do Natal e dos aniversários do Arsenal do Alfeite e da empresa, e da cultura, destacando-se o concurso de fotografia e os diversos programas de teatro com preços reduzidos.

No âmbito cultural, refira-se a realização da 2ª edição do "Arsenal Photo", subordinada ao tema Gestão de Resíduos. Este concurso de fotografia, para além da valorização da fotografia enquanto forma de expressão artística, procurou retratar cenários do estaleiro e sensibilizar os trabalhadores para as questões ambientais.

Foram desenvolvidas iniciativas de solidariedade com a comunidade, realçando-se a organização dentro da empresa de 4 recolhas de sangue pelo Instituto Português do Sangue que totalizaram 238 dádivas. Destaca-se, também, a participação no programa de recolha de tampinhas, com a finalidade de

apoiar a aquisição de equipamentos para crianças e jovens portadores de deficiência.

SAÚDE NO TRABALHO

A actividade obrigatória de saúde no trabalho é desenvolvida através de serviço interno. Este garante as funções específicas de medicina do trabalho, de vigilância e promoção da saúde, e a prestação de primeiros socorros, garantindo assistência em situações de emergência relacionadas com acidentes de trabalho e doenças súbitas. Para o efeito conta com os serviços de um médico do trabalho e de enfermeiros durante o período normal de laboração.



CONTRATAÇÃO PÚBLICA

A Arsenal do Alfeite, S.A., enquanto sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, encontra-se sujeita ao regime da contratação pública vertido no Código dos Contratos Públicos.

Estando sujeita ao mencionado regime legal, encontra-se qualquer aquisição, seja ela de bens ou serviços, bem como qualquer empreitada, submetida às regras aplicáveis aos procedimentos para a formação de contratos nele previstos.

Durante o ano de 2011, foram efectuadas 3.407 requisições ao mercado, das quais cerca de 72% correspondem a aquisição de bens e 28% a aquisição de serviços.

Em virtude da actividade da empresa, com um grande número de especialidades operacionais e uma elevada diversidade de meios intervencionados, 85% das requisições ao mercado dizem respeito a aquisições de valor inferior a 1.000€, pelo que o procedimento mais adoptado foi o "Ajuste Directo Simplificado".

Requisições ao Mercado		
Valor	Quantidades	%
Inferior a 1.000€	2905	85%
Superior ou igual a 1.000€ e inferior a 5.000€	395	12%
Superior ou igual a 5.000€ e inferior a 50.000€	91	3%
Superior ou igual a 50.000€ e inferior a 100.000€	10	0%
Superior ou igual a 100.000€	6	0%
	<u>3.407</u>	<u>100%</u>

No que respeita aos procedimentos adoptados, realça-se a prevalência de procedimentos mais complexos, nomeadamente o Concurso Público e o Concurso Público Urgente, considerando o valor base da aquisição que, como se constata comparando as percentagens dos dois quadros, permitiria adoptar o Ajuste Directo.

Procedimentos de Contratação		
	Quantidades	%
Concurso Público	35	1,03%
Concurso Público Urgente	30	0,89%
Ajuste Directo	49	1,44%
Ajuste Directo por Critérios Materiais	2	0,05%
Ajuste Directo Simplificado	<u>3.291</u>	<u>96,59%</u>
	<u>3.407</u>	<u>100%</u>

Durante o ano de 2011, os procedimentos de aquisição de bens e serviços mais relevantes foram:

- Empreitada de remodelação da Serralharia- concurso público;
- Aquisição de fornecimento de refeições e serviço de bar - concurso público;
- Aquisição de gincho 30T e 2 Cabrestantes para conversão da carreira n.º 4 – concurso público;
- Aquisição de serviços de recolha de resíduos - concurso público;
- Aquisição de preparação e tratamento de superfícies para os navios em reparação no estaleiro - concurso público;
- Aquisição de um carro eléctrico e um empilhador para oficinas - concurso público;
- Empreitadas de reparação dos "Perrets" junto da Doca Seca e DCC - concurso público;

- Aquisição de mesa de testes para girobussolas – concurso público;
- Aquisição de seguros - concurso público, e
- Aquisição de serviço de vigilância - concurso público.

Nos termos do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de Maio, não foram efectuados pela empresa, contratos de prestação de serviços de consultoria técnica com valor superior a 125.000,00€.

No decorrer do exercício de 2011, foram ainda efectuados esforços de racionalização dos custos com os fornecimentos e serviços externos através da renegociação de contratos e lançamento de concursos públicos. Nesta sede, salientam-se os seguintes resultados obtidos:

SERVIÇO	ANTERIOR	2011	REDUÇÃO	
			VALOR	%
Limpeza Industrial	199.295,00 €	---	- 199.295,00 €	-100%
Limpezas a bordo de navios	84.000,00 €	52.479,44 €	- 31.520,56 €	-38%
Seguro do Trabalho	183.000,00 €	171.603,05 €	- 11.396,95 €	-6%
Seguro Património	73.639,00 €	60.339,60 €	- 13.299,40 €	-18%
Seguro Marítimo Responsabilidades	146.737,50 €	64.800,00 €	- 81.937,50 €	-56%
Refeições Confeccionadas (Estim.)	134.400,00 €	117.440,00 €	- 16.960,00 €	-13%
Recolha e Reencaminhamento Resíduos (Estim.)	75.500,00 €	57.487,58 €	- 18.012,42 €	-24%
Espaços Verdes	24.000,00 €	---	- 24.000,00 €	-100%
Vigilância e Segurança (2012)	101.890,80 €	97.234,40 €	- 4.656,40 €	-5%

Neste âmbito, a Arsenal do Alfeite, SA aderiu, em Novembro 2011, ao Sistema Nacional de Compras Públicas, tendo ainda, em Dezembro, participado, integrada na

Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Defesa, no procedimento de aquisição de electricidade para 2012.





LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

Tendo em consideração o Despacho do Senhor Ministro de Estado e das Finanças n.º 155/2011 de 28 de Abril, foi dado o devido cumprimento ao determinado quanto ao endividamento ou assunção de responsabilidades, o qual sujeita qualquer despesa que exceda 5% do capital estatutário ou social, mesmo que previsto no respectivo orçamento ou plano de

investimentos aprovado pelas tutelas financeira e sectorial, a autorização do membro do Governo responsável pela Área das finanças.

Assim, não foi efectuada, no ano de 2011, qualquer despesa que exceda o limite acima mencionado.



PERSPECTIVAS FUTURAS

Em consonância com o passado recente, o futuro próximo apresenta-se ensombrado por dificuldades de natureza diversa, com especial relevo para as que resultam da difícil situação económica que o País atravessa e as medidas de austeridade que teremos de enfrentar.

Estas medidas conduzem, em linha recta, a uma fortíssima retracção da economia e, conseqüentemente, de todas as actividades que com ela se relacionam. A Marinha deverá restringir – mais ainda do que fez em 2011 – os meios financeiros disponíveis para a manutenção da esquadra. Os outros armadores, por certo, também não farão mais do que aquilo a que forem obrigados pelas autoridades portuárias e/ou pelas sociedades classificadores dos seus navios. Daqui resultará, naturalmente, uma forte diminuição das encomendas, quer da

Marinha, quer dos outros armadores sendo que, relativamente a estes, aumentará fortemente a concorrência entre os estaleiros interessados.

Ainda assim, e sento certo que a Marinha reduzirá as encomendas, é, também, razoável considerar que as encomendas de outros clientes, nacionais e estrangeiros, possam crescer em consonância com o que sucedeu em 2011, uma vez que há já armadores que entendem que a AA, S.A. pode constituir a opção certa para a manutenção das suas frotas por representar uma excelente relação preço/qualidade.



ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas adiante apresentadas.

Situação Económica

	2011	2010
Resultado Líquido	-2.265,33	2.771,89
Resultado operacional/rendimentos operacionais	-18,3%	10,9%
Resultado líquido/rendimentos operacionais	-12,8%	9,3%
Resultado líquido/capital próprio	-1,9%	2,2%

A AA, S.A. encerrou o exercício de 2011 com um resultado líquido negativo de 2.265,33 milhares de euros, correspondente a uma margem líquida negativa sobre os rendimentos operacionais de 12,8%, a uma rentabilidade negativa do capital próprio de 1,9%.

A actividade operacional da empresa, durante o ano de 2011, foi condicionada pela conjuntura económica desfavorável.

	2011	2010
Rendimentos Operacionais	17.751,95	29.915,52
Gastos Operacionais	21.005,26	26.620,77
Resultado Operacional	-3.253,31	3.294,76
Resultado Financeiro	1.040,50	513,57
Imposto sobre o Rendimento do Período	-52,52	-1.036,44
Resultado Líquido do Período	-2.265,33	2.771,89

Os rendimentos operacionais atingiram 17.751,95 milhares de euros, correspondendo a um decréscimo de cerca de 41% face ao período homólogo. Este decréscimo foi motivado pela diminuição dos serviços de reparação naval prestados ao principal cliente – Marinha Portuguesa (12.571,45 milhares de euros – 2011; 26.187,64 milhares de euros – 2010).

De salientar que os rendimentos operacionais incluem o montante de 2.884,32 milhares de euros referente ao subsídio do governo não monetário associado à concessão dos activos não correntes (2.884,57 milhares de euros – 2010). O subsídio não monetário é imputado numa base sistemática como rendimento do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relaciona.

	2011	2010
Vendas	-	644,98
Serviços Prestados	13.731,27	26.240,43
Subsídios à Exploração	38,02	-
Trabalhos para a Própria Entidade	843,22	-
Outros Rendimentos e Ganhos	3.139,43	3.030,12
Rendimentos Operacionais	17.751,95	29.915,52

Os gastos operacionais registaram uma redução de 5.615,51 milhares de euros face ao ano anterior, devido fundamentalmente à diminuição dos gastos com pessoal (- 2.421,13 milhares de euros), dos gastos com fornecimentos e serviços externos (- 2.007,04 milhares de euros), e dos custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas (- 1.210,31 milhares de euros).

	2011	2010
CMVMC	1.068,34	2.278,64
FSE	2.726,61	4.773,65
C Pessoal	13.927,45	16.348,58
Imparidade	77,03	216,00
Outros Gastos e Perdas	98,89	73,28
Gastos de D e de Amortização	3.106,93	2.970,61
Gastos Operacionais	21.005,26	26.660,77

O decréscimo do volume de negócios da Empresa no exercício de 2011 teve um impacto nos gastos operacionais registados nas rubricas de "Fornecimentos e serviços externos" e "Custos das mercadorias vendidas e consumidas".

A nível dos fornecimentos e serviços externos, destaca-se ainda os esforços efectuados pela Empresa na racionalização de gastos e na concretização das medidas estabelecidas no programa de estabilidade e crescimento 2010/2013 e na Lei nº.12-A/2010, de 30 de Junho.

Os encargos com pessoal ascenderam a 13.927,47 milhares de euros, menos 15% face aos valores de 2010 reflectindo o decréscimo do efectivo médio de Pessoal, a aplicação das reduções remuneratórias e as medidas de redução da despesa previstas, nomeadamente, na Lei nº 12-A/2012, de 30 de Junho, no Decreto-Lei nº 137/2010, de 28 de Dezembro, na Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro e na Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro.

Os ganhos associados à aplicação de excedentes de tesouraria constituíram a principal componente dos resultados financeiros que à data de 31 de Dezembro ascenderam a 1.000 milhares de euros.

Situação Financeira e Patrimonial

	2011	2010
Activo não corrente	92.547,63	93.965,05
Activo corrente	31.389,50	38.800,30
Total do Activo	123.937,12	132.765,35
	2011	2010
Capital próprio	121.218,67	127.061,29
Passivos não correntes	19,97	
Passivos correntes	2.698,48	5.704,06
Total do Passivo	123.937,12	132.765,35

O total do activo líquido em 31 de Dezembro de 2011 era de 123.937,12 milhares de euros, tendo registado um decréscimo de 7% em relação a 31 Dezembro de 2010.

A nível do activo corrente, destaca-se a variação ocorrida na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" que à data de 31 de Dezembro de 2011 apresentava um saldo de 12.254,09 milhares de euros (17.521,71 milhares de euros em 2010). Esta variação resulta essencialmente:

Do aumento da rubrica " Outras contas a receber" (saldo devido pela Empordef S.G.P.S S.A - 17.472,81 milhares de euros - 2011; 15.580,33 milhares de euros - 2010);

Da necessidade de financiamento da actividade operacional da Empresa; e

Da diminuição da rubrica clientes (456,96 milhares de euros - 2011; 4.434,16 milhares de euros - 2010).

O capital próprio da Empresa diminui de 127.061,29 milhares de euros para 121.218,67 euros em consequência da distribuição de resultados do exercício de 2010 (692,97 milhares de euros), do reconhecimento do subsídio do governo não monetário (2.884,32 milhares de euros) e do resultado negativo do exercício de 2011 (- 2.265,33 milhares de euros).

O total do passivo registou um decréscimo de 2.985,6 milhares de euros quando comparado com o ano anterior, resultante da (i) diminuição do saldo da rubrica "Estado e outros entes públicos", fruto da diminuição do valor do imposto sobre o rendimento do período (52,52 milhares de euros - 2011; 1.036,44 milhares de euros - 2010) e da (ii) diminuição do saldo da rubrica "Outras contas a pagar", explicada pela liquidação das facturas referentes à empreitada de dragagens e pela diminuição da especialização das remunerações do ano de 2011 a liquidar em 2012.



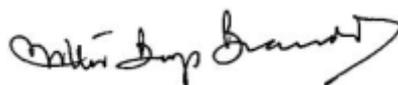
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do artigo 23º dos Estatutos da empresa, o Conselho de Administração propõe a transferência para a conta

Resultados Transitados do prejuízo apurado no exercício no montante de € 2.265.330,05.

O Conselho de Administração

Administrador



Victor Maria Lima Borges Brandão

Administrador



José Miguel Antunes Fernandes





BALANÇO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em Euros)

	Notas	31.12.2011	31.12.2010
Activos não correntes			
Activos fixos tangíveis	8 e 11	92.448.660,34	93.878.686,55
Activos intangíveis	9	46.354,69	42.937,57
Participações financeiras - outros métodos	10	500,00	500,00
Activos por impostos diferidos	19	52.113,15	42.930,00
Total de activos não correntes		<u>92.547.628,18</u>	<u>93.965.054,12</u>
Activos correntes			
Inventários	12	367.543,99	341.312,52
Clientes	13	456.957,35	4.434.163,81
Estado e outros entes públicos	14	389.720,50	-
Outras contas a receber	15	17.847.192,31	16.404.084,94
Diferimentos	16	73.996,61	99.019,01
Caixa e equivalentes a caixa	6	12.254.085,80	17.521.715,28
Total de activos correntes		<u>31.389.496,56</u>	<u>38.800.295,56</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u><u>123.937.124,74</u></u>	<u><u>132.765.349,68</u></u>
Capital próprio			
Capital realizado	17	32.400.000,00	32.400.000,00
Reserva legal	17	178.325,86	39.731,24
Resultados Transitados	17	2.615.755,72	675.431,06
Outras variações no capital próprio	17	88.289.917,44	91.174.233,09
Resultado líquido do período	17	-2.265.330,05	2.771.892,37
Total do capital próprio		<u>121.218.668,97</u>	<u>127.061.287,76</u>
Passivos não correntes			
Financiamentos obtidos	11	19.973,91	-
		<u>19.973,91</u>	<u>-</u>
Passivos correntes			
Fornecedores	18	474.736,93	671.889,57
Estado e outros entes públicos	14	751.421,29	1.639.569,22
Financiamentos obtidos	11	37.429,06	-
Outras contas a pagar	15	1.434.153,37	3.391.864,14
Diferimentos	16	741,21	738,99
Total de passivos correntes		<u>2.698.481,86</u>	<u>5.704.061,92</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u><u>2.718.455,77</u></u>	<u><u>5.704.061,92</u></u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		<u><u>123.937.124,74</u></u>	<u><u>132.765.349,68</u></u>

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2011

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



**DEMONSTRAÇÃO
INDIVIDUAL DAS
ALTERAÇÕES NO
CAPITAL PRÓPRIO
NO PERÍODO DE 2011**

(Valores expressos em
Euros)

Notas	Capital Realizado	Reserva Legal	Resultados Transitados	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio	
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	17	32.400.000,00	39.731,24	675.431,06	91.174.233,09	2.771.892,37	127.061.287,76
Alterações no Período							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	-	-	-	-2.884.315,65	-	-2.884.315,65
		-	0,00	0,00	-2.884.315,65	0,00	-2.884.315,65
Resultado Líquido do Período		-	-	-	-2.265.330,05	-2.265.330,05	
Resultado Integral					-2.265.330,05	-5.149.645,70	
Operações com Detentores de Capital no Período							
Aplicação do resultado líquido do período findo 31.12.2010	17	-	138.594,62	1.940.324,66	-	-2.078.919,28	0,00
Distribuições	17	-	-	-	-	-692.973,09	-692.973,09
		-	138.594,62	1.940.324,66	0,00	-2.771.892,37	-692.973,09
Saldo em 31 de Dezembro de 2011		32.400.000,00	178.325,86	2.615.755,72	88.289.917,44	-2.265.330,05	121.218.668,97

AS NOTAS ANEXAS FAZEM PARTE INTEGRANTE DA DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

**DEMONSTRAÇÕES DAS
ALTERAÇÕES NO CAPITAL
PRÓPRIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE
2010**

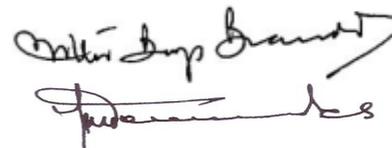
(Valores expressos em Euros)

	Capital	Reserva	Resultados	Outras	Resultado	Total do
	Realizado	Legal	Transitados	Variações no Capital Próprio	Líquido do Período	Capital Próprio
Saldo em 01 de Setembro de 2009	32.400.000,00	-	-	-	-	32.400.000,00
Alterações no Período						
Adopção do SNC	-16.200.000,00	-	-	94.058.803,85	-	77.858.803,85
Resultado líquido do período findo 31.12.2009	-	-	-		794.624,78	794.624,78
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	16.200.000,00	-	-	94.058.803,85	794.624,78	111.053.428,63
Alterações no Período						
Aplicação do resultado líquido do período findo 31.12.2009	-	39.731,24	675.431,06	-	-794.624,78	-79.462,48
Realização de 50% do capital	16.200.000,00	-	-	-	-	16.200.000,00
Reconhecimento do rédito do período referente ao subsídio	-	-	-	-2.884.570,76	-	-2.884.570,76
Resultado líquido do período findo 31.12.2010	-	-	-	-	2.771.892,37	2.771.892,37
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	32.400.000,00	39.731,24	675.431,06	91.174.233,09	2.771.892,37	127.061.287,76

AS NOTAS ANEXAS FAZEM PARTE INTEGRANTE DA DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





ARSENAL DO ALFEITE

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em Euros)

	Notas	31.12.2011	31.12.2010
Vendas e Serviços prestados	20	13.731.273,16	26.885.406,10
Subsídios à exploração	21	38.023,36	
Trabalhos para a própria entidade	8	843.216,60	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-1.068.335,35	-2.278.641,27
Fornecimentos e serviços externos	22	-2.726.611,78	-4.733.652,02
Gastos com Pessoal	23	-13.927.454,59	-16.348.583,60
Imparidade de dívidas a receber	13	-77.028,41	-216.000,00
Outros rendimentos e ganhos	24	3.139.432,40	3.030.118,38
Outros gastos e perdas		-98.892,82	-73.284,35
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>-146.377,43</u>	<u>6.265.363,24</u>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	25	<u>-3.106.932,21</u>	<u>-2.970.606,99</u>
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>-3.253.309,64</u>	<u>3.294.756,25</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	26	1.053.765,24	522.271,84
Juros e gastos similares suportados		<u>-13.263,38</u>	<u>-8.698,30</u>
Resultado antes de imposto		<u>-2.212.807,78</u>	<u>3.808.329,79</u>
Imposto sobre o rendimento do período	19	-52.522,27	-1.036.437,42
Resultado líquido do período		<u>-2.265.330,05</u>	<u>2.771.892,37</u>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados
por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2010

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**



ARSENAL DO ALFEITE

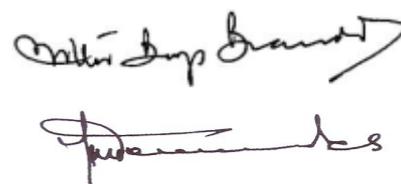
Demonstração (individual) de fluxos de caixa para o período findo em 31 de Dezembro de 2011

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2011	2010
		EURO	EURO
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo:			
Recebimentos de clientes		21.393.866,61	30.852.278,98
Pagamentos a fornecedores		-5.011.454,77	-10.183.611,12
Pagamentos ao Pessoal		-9.248.158,52	-10.653.955,61
Caixa gerada pelas operações		7.134.253,32	10.014.712,25
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-1.123.801,89	-423.934,72
Pagamentos de IVA e retenções de impostos e taxas		-7.282.544,19	-9.422.334,97
Outros receb./pagam. relativos à actividade operacional		-889.658,28	-532.377,76
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-2.161.751,04	-363.935,20
Fluxos de caixa das actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos fixos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios de investimento			
Juros e rendimentos similares		362.405,13	404.051,14
Dividendos			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-1.445.589,75	-2.068.973,26
Activos fixos intangíveis			-56.300,00
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-1.083.184,62	-1.721.222,12
Fluxo de caixa das actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrum. de capital próprio			16.200.000,00
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento		1.107.217,60	15.332,95
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos		-692.973,09	
Reduções de capital e de outros instrum. de capital próprio			
Outras operações de financiamento		-2.436.938,33	-15.500.000,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-2.022.693,82	715.332,95
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-5.267.629,48	-1.369.824,37
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		17.521.715,28	18.891.539,65
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6	12.254.085,80	17.521.715,28

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados
por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2010

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Two handwritten signatures in black ink. The top signature is more legible and appears to be 'António Augusto Branco'. The bottom signature is more stylized and less legible.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Nota Introdutória

A Arsenal do Alfeite, S.A. ("AA, S.A." ou "Empresa") com sede no Alfeite, Almada, iniciou a sua actividade no dia 1 de Setembro de 2009, tendo por objecto principal a prestação de serviços que se subsume na actividade de interesse económico geral de construção, manutenção e reparação de navios, sistemas de armamento e de equipamentos militares e de segurança da Marinha, incluindo a prossecução de objectivos essenciais e vitais para a segurança nacional.

O Decreto - Lei n.º 33/2009, de 5 de Fevereiro, constituiu a AA, S.A. com a forma de sociedade anónima, com capitais exclusivamente públicos, a qual integra o cluster naval da EMPORDEF, SGPS, S.A., holding das indústrias de defesa portuguesas cuja actividade consiste na gestão de participações sociais detidas pelo Estado em sociedades ligadas directa ou indirectamente às actividades de defesa, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

O mesmo diploma legal aprovou as bases de concessão e atribuiu à AA, S.A., a concessão de serviço público objecto da respectiva constituição, que integra a concessão do uso privativo do domínio público da área dominial ocupada pelo perímetro do Arsenal do Alfeite. Integram ainda a concessão as instalações de área tecnológica de manutenção de torpedos, mísseis e minas no Depósito de Munições NATO de Lisboa, sito no Marco do Grilo, bem como os depósitos privativos de abastecimento de água na Base Naval, no Alfeite.

De acordo com contrato de concessão celebrado entre o Estado Português e a AA, S.A., integram a concessão os bens móveis e imóveis afectos à concessão e os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público subjacente à celebração do contrato, nomeadamente:

- a) As infra-estruturas relativas à exploração da actividade concessionada, designadamente edifícios, construções, equipamento de elevação, cais, pontes cais, planos inclinados, doca seca, doca flutuante, carreiras de construção, subestação de 30 KV, redes eléctricas, telefónicas, de sinal em fibra óptica e de fluidos, (Anexo III do contrato de concessão);
- b) Os equipamentos necessários à operação das infra-estruturas, (Anexo IV do contrato de concessão);
- c) Todas as obras, máquinas e aparelhagem e respectivos acessórios utilizados para a exploração da actividade concessionada, não referidos nas alíneas anteriores.

A concessão atribuída tem a duração inicial de 30 anos e iniciou-se no dia 1 de Setembro de 2009.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidos no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas, consignadas, respectivamente, nos Avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 07 de Setembro.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis incluem: (i) *bens concessionados*, (ii) *bens reversíveis* e (iii) *bens próprios*.

Consideram-se *bens concessionados*, todos os bens transferidos para a AA, S.A., ao abrigo do contrato de concessão. Enquanto durar a concessão, a concessionária é considerada detentora ou possuidora precária dos referidos bens e obriga-se a manter em bom estado de funcionamento, conservação, limpeza e segurança. No termo da concessão revertem, sem qualquer indemnização para o Estado Português.

Estes activos fixos tangíveis encontram-se escriturados ao custo considerado, que corresponde ao custo de transferência no momento da cedência, reavaliado ao respectivo valor de mercado em 1 de Setembro de 2009, conforme disposto na NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os bens adquiridos pela AA, S.A., que resultam de novos investimentos de expansão, de renovação ou de modernização da actividade concessionada, aprovados ou impostos pelo concedente são classificados nas demonstrações financeiras da Empresa como *bens reversíveis*, uma vez que no termo da concessão revertem para o Estado Português. Aquando da passagem dos referidos bens para o Estado, a concessionária tem direito a uma indemnização calculada em função do valor contabilístico líquido de amortizações fiscais.

Os *bens reversíveis* e os *bens próprios* encontram-se valorizados ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição dos bens e a sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu custo.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimadas:

Bens Concessionados

Edifícios e outras construções
Equipamento básico
Equipamento de transporte
Ferramentas e utensílios
Equipamento administrativo
Outros activos fixos

Anos de vida útil

5 - 50
3 - 30
6 - 20
2 - 25
3 - 25
4 - 30

Bens próprios e bens reversíveis

Edifícios e outras construções
Equipamento básico
Equipamento de transporte
Ferramentas e utensílios
Equipamento administrativo
Outros activos fixos

Anos de vida útil

12 - 20
5 - 8
4
4 - 6
3 - 10
1 - 8

A estimativa da vida útil dos vários bens é revista anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.3 Intangíveis

Os activos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são reconhecidas numa base de linha recta durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. As vidas úteis dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.4 Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um activo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse activo pertence.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade", e efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.5 Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, quando são substancialmente transferidos para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo, ou como locações operacionais quando não são transferidos para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

Nos contratos de locação financeira, o contrato é registado como um activo e passivo pelo menor entre o justo valor da propriedade locada e o valor das rendas vincendas. Os activos subsequentemente depreciados de acordo com a política estabelecida pela empresa para os

activos fixos tangíveis. A componente de gasto financeiro incluída na renda é imputada aos resultados do período a que respeita.

Os pagamentos efectuados no âmbito de uma locação operacional são reconhecidos como gasto numa base linear durante o prazo de locação.

3.6 Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efectuar a venda.

O método de custeio dos inventários adoptado pela empresa consiste no custo médio ponderado.

3.7 Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, por forma a que reflectam o seu valor realizável líquido.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos e sejam objecto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

As transacções em outras divisas que não o Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos financeiros expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros, utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos, ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do período.

3.8 Imparidade de activos financeiros

A Empresa analisa a cada data de balanço se existe evidência objectiva que um activo financeiro se encontra em imparidade.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objectivos de que a Empresa não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: (i) análise de incumprimento; (ii) incumprimento há mais de 6 meses; (iii) dificuldades financeiras do devedor; (iv) probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor do balanço do activo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes activos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

3.9 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.10 Subsídio

O subsídio do governo não monetário associado à concessão (anexos III e IV do contrato de concessão) de activos não correntes (bens concessionados) foi reconhecido no capital próprio, sendo subsequentemente imputado numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relaciona.

Os subsídios do governo para compensação por gastos já incorridos são reconhecidos como rendimento do período em que se tornaram recebíveis.

3.11 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

3.12 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédio referente às prestações de serviços em curso é reconhecido em função da facturação emitida no mês seguinte, visto que toda a produção mensal é facturada no mês seguinte.

Nos casos em que a empresa dispõe de contratos de *cost plus*, aos custos aplicados às obras são acrescidos percentualmente de quantias previamente aceites pelo cliente. Nestes contratos nem sempre esta definida a data de desfecho contratual, sendo que o rédito do contrato é reconhecido numa base mensal a partir dos trabalhos executados e dos gastos mensalmente incorridos.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.13 Trabalhos para a própria entidade

São reconhecidos os gastos dos recursos directamente atribuíveis aos activos tangíveis durante a sua fase de construção quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles activos. São reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna (gastos internos).

3.14 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2011, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou estimativas relevantes, relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação para emissão das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de emissão das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

(i) Activos fixos tangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha recta, a partir da data em que o activo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as

taxas que melhor reflectem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos activos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

(ii) Registo de impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporais são revertidas. Os impostos diferidos activos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.

3.15 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*") são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("*non adjusting events*") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.16 Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes facturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

4. Risco Financeiro

A actividade da empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de liquidez. Estes riscos resultam da incerteza subjacente aos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rendibilidades.

4.1. Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando uma perda para a Empresa.

O risco de crédito decorrente da actividade operacional está essencialmente relacionado com dívidas de vendas realizadas e serviços prestados a clientes (Nota 13). A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro da Empresa. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objectivo da gestão é (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimento de cada cliente, (b) monitorar a evolução do nível de crédito concedido, e (c) realizar análise de imparidade aos valores a receber numa base regular.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados considerando-se (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 encontram-se divulgados na Nota 13.

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a Empresa considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de forma resumida, na Nota 13.

4.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os gastos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão do risco de liquidez da Empresa tem por objectivo:

- Liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correctos nas respectivas datas de vencimento;
- Segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira – garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A Empresa tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de activos e passivos, gerindo as respectivas maturidades de forma equilibrada.

5. Alterações de políticas, Estimativas e Erros

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira da AA, S.A relativa

ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e referidas no respectivo anexo, nem foram registados erros materiais ou alterações de estimativas contabilísticas significativas relativas a exercícios anteriores.

6. Fluxos de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o detalhe da caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Numerário	6.203,60	4.536,27
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1.197.882,20	317.179,01
Aplicações de Tesouraria	<u>11.050.000,00</u>	<u>17.200.000,00</u>
	<u>12.254.085,80</u>	<u>17.521.715,28</u>

A rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP).

7. Partes Relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2011, o capital social da Empresa era integralmente detido pela Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A..

Os saldos e transacções efectuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2011 e 2010 podem ser detalhados como se segue:

2011					
Entidade	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Serviços obtidos	Serviços prestados	Juros debitados
EMPORDEF-Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S.A.	17.472.812,15	-	-	-	626.666,75
EID-Emp. de I e D. de Electrónica, S.A.	-	-	314,28	-	-
ENVC-Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.	293.028,41	6.405,46	-	153.429,60	-
IDD-Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A.	-	-	-	-	-
NAVALROCHA-Soc. de Const. e Reparação Navais, S.A.	22.677,51	-	-	24.070,00	-
OGMA-Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.	8.105,70	-	-	28.260,00	-
	<u>17.796.623,77</u>	<u>6.405,46</u>	<u>314,28</u>	<u>205.759,60</u>	<u>626.666,75</u>

2010					
Entidade	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Serviços obtidos	Serviços prestados	Juros debitados
EID-Emp. de Investigação e Desenvol. de Electrónica, S.A.	-	-	2.220,84	-	-
EMPORDEF-Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S.A.	15.580.333,34	7.873,21	6.761,81	-	99.865,76

ENVC-Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.	216.000,00	6.405,46	252,04	180.000,00	-
IDD-Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A.	-	52,94	1.854,98	-	-
NAVALROCHA-Soc. de Const. e Reparação Navais, S.A.	-	-	88.559,60	1.720,00	-
OGMA-Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.	-	-	-	19.045,00	-
	15.796.333,34	14.331,61	99.649,27	200.765,00	99.865,76

As remunerações do pessoal chave de gestão do grupo nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foram conforme se segue:

	2011	
	Conselho de Administração	Fiscal Único
Remuneração anual - íliquida	216.770,40	16.200,00
Despesas de representação	3.653,68	
Despesas de deslocação e estadas	2.184,96	
Gastos na utilização de telefones	1.130,21	
Despesas com viaturas de serviço	57.292,94	
	281.032,19	16.200,00

	2010	
	Conselho de Administração	Fiscal Único
Remuneração anual - íliquida	245.877,00	18.000,00
Despesas de representação	3.111,18	-
Despesas de deslocação e estadas	9.478,54	-
Gastos na utilização de telefones	1.127,96	-
Despesas com viaturas de serviço	37.395,49	-
	296.990,17	18.000,00

8. Activos Tangíveis

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2010 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31.12.2011							Total
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Constru	Equip Básico	Equip Transporte	Equip Administrativo	Outros Activos Tangíveis	Activos F Tangíveis em Curso	
Activo Bruto								
Saldo inicial	15.899.362,00	49.736.915,26	17.403.975,51	531.982,78	2.388.610,50	9.801.045,91	2.046.144,37	97.808.036,33
Aquisições		144.273,99	132.354,09	29.722,75	144.394,21	27.362,47	1.177.521,61	1.655.629,12
Alienações								0,00
Transferências/Abates	1.745.200,25		44.785,00		17.619,12		-1.807.604,37	0,00
Saldo final	17.644.562,25	49.881.189,25	17.581.114,60	561.705,53	2.550.623,83	9.828.408,38	1.416.061,61	99.463.665,45
Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade								
Saldo inicial	0,00	1.589.466,42	1.351.508,97	54.075,30	303.969,89	630.329,20	0,00	3.929.349,78
Depreciações do	58.173,34	1.206.664,85	1.038.894,58	44.283,28	266.745,54	470.893,74		3.085.655,33

exercício								
Alienações								0,00
Transferências/Abates								0,00
Saldo final	58.173,34	2.796.131,27	2.390.403,55	98.358,58	570.715,43	1.101.222,94	0,00	7.015.005,11
Activos Líquidos	17.586.388,91	47.085.057,98	15.190.711,05	463.346,95	1.979.908,40	8.727.185,42	1.416.061,63	92.448.660,34

31.12.2010

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Constru	Equip Básico	Equip Transporte	Equip Administrativo	Outros Activos Tangíveis	Activos F Tangíveis em Curso	Total
Activo Bruto								
Saldo inicial	15.899.362,00	49.390.143,70	17.343.317,40	498.821,70	2.336.905,45	9.792.060,19	361,50	95.260.971,94
Aquisições	-	346.771,56	60.658,11	33.161,08	51.705,05	8.624,22	2.046.144,37	2.547.064,39
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências/Abates	-	-	-	-	-	361,50	-361,50	-
Saldo final	15.899.362,00	49.736.915,26	17.403.975,51	531.982,78	2.388.610,50	9.801.045,91	2.046.144,37	97.808.036,33
Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade								
Saldo inicial	-	395.406,64	333.572,66	11.791,70	73.001,41	155.148,81	-	968.921,22
Depreciações do exercício	-	1.194.059,78	1.017.936,31	42.283,60	230.968,48	475.180,39	-	2.960.428,56
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências/Abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	1.589.466,42	1.351.508,97	54.075,30	303.969,89	630.329,20	0,00	3.929.349,78
Activos Líquidos	15.899.362,00	48.147.448,84	16.052.466,54	477.907,48	2.084.640,61	9.170.716,71	2.046.144,37	93.878.686,55

Durante o exercício de 2011, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos activos fixos tangíveis foram os seguintes:

- empreitadas de reparação dos Perres – 108.604,36 €, relevado na rubrica “Edifícios e Outras Construções”; e
- aquisição de equipamento informático – 110.145,45 €; registado como incremento na rubrica “Equipamento Administrativo” (Nota 11).

Os movimentos registados na rubrica “Activos Fixos Tangíveis em curso”, foram os seguintes:

	Saldo Inicial	Aumentos do ano	Transferência para Activos Fixos	Saldo Final
empreitada – dragagem a)	1.745.200,25	-	1.745.200,25	-
projecto de ampliação e aprofundamento do cais	169.070,50	67.015,00	-	236.085,50
projecto para a remodelação do refeitório	67.500,00	-6.000,00	-	61.500,00
quinadora	44.785,00	-	44.785,00	-
mobiliário para a biblioteca	16.581,12	-	16.581,12	-
construção da carreira nº 4 b)	-	692.610,19	-	692.610,19
empreitada de requalificação do edifício – ATSC b)	-	407.778,41	-	407.778,41
sistema de climatização	-	18.087,51	-	18.087,51
outros	3.007,50	-1.969,50	1.038,00	-
	2.046.144,37	1.177.521,61	1.807.604,37	1.416.061,61

a) – O auto de recepção da empreitada de dragagens é datado de 24 de Agosto de 2011.

- b) – Incluem trabalhos para a própria entidade no montante de 843.216,60€ (construção da carreira nº 4 – 584.194,30€ e requalificação do edifício da área tecnológica da serralharia civil – 259.022,30€).

As depreciações do período, no montante de 3.085.655,33€ foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 25).

Em 31 de Dezembro de 2011 os activos fixos tangíveis brutos, apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2011							
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Constru	Equip Básico	Equip Transporte	Equip Administrativo	Outros Activos Tangíveis	Activos F Tangíveis em Curso	Total
Activo Bruto								
Bens Concessionados	15.899.362,00	49.390.143,70	17.206.463,25	498.821,70	2.241.272,81	9.784.263,98	0,00	95.020.327,44
Bens Reversíveis	1.745.200,25	491.045,55	352.302,61	29.722,75	256.919,74	25.982,47	1.416.061,61	4.317.234,98
Bens Próprios	0	0	22.348,74	33.161,08	52.431,28	18.161,93	0,00	126.103,03
	17.644.562,25	49.881.189,25	17.581.114,60	561.705,53	2.550.623,83	9.828.408,38	1.416.061,61	99.463.665,45
Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade								
Bens Concessionados	0,00	2.767.691,65	2.309.253,81	82.540,66	486.023,01	1.084.900,87	0,00	6.730.410,00
Bens Reversíveis	58.173,34	28.439,62	72.248,49	619,22	58.809,69	1.610,76		219.901,12
Bens Próprios			8.901,25	15.198,70	25.882,73	14.711,31		64.693,99
	58.173,34	2.796.131,27	2.390.403,55	98.358,58	570.715,43	1.101.222,94	0,00	7.015.005,11
Activos Líquidos	17.586.388,91	47.085.057,98	15.190.711,05	463.346,95	1.979.908,40	8.727.185,42	1.416.061,63	92.448.660,34

Os bens transferidos para a AA, S.A., ao abrigo do contrato de concessão – bens concessionados - encontram-se escriturados ao custo considerado, que corresponde ao custo de transferência no momento da cedência, reavaliado ao respectivo valor de mercado em 1 de Setembro de 2009, conforme disposto na NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Constru	Equip Básico	Equip Transporte	Equip Administrativo	Outros Activos Tangíveis	Activos F Tangíveis em Curso	Total
Valor de cedência	1.840.008,29	8.193.974,65	2.731.615,22	497,35	457.487,27	417.062,10	-	13.640.644,88
Reavaliação	14.059.353,71	41.196.169,05	14.474.848,03	498.324,35	1.783.785,54	9.367.201,88	-	81.379.682,56
Custo considerado	15.899.362,00	49.390.143,70	17.206.463,25	498.821,70	2.241.272,81	9.784.263,98	-	95.020.327,44

9. Activos Intangíveis

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2011, os movimentos ocorridos nos activos fixos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	31.12.2011		
	Programas Computador	Outros Activos Intangíveis	Total
Activo Bruto			
Saldo inicial	53.116,00		53.116,00
Aquisições	24.694,00		24.694,00
Alienações			0,00
Saldo final	77.810,00	0,00	77.810,00
Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade			
Saldo inicial	10.178,43		10.178,43
Depreciações do exercício	21.276,88		21.276,88
Alienações			0,00
Saldo final	31.455,31	0,00	31.455,31
Activos Líquidos	46.354,69	0,00	46.354,69

	31.12.2010		
	Programas Computador	Outros Activos Intangíveis	Total
Activo Bruto			
Saldo inicial	-	-	-
Aquisições	53.116,00	-	53.116,00
Alienações	-	-	-
Saldo final	53.116,00	-	53.116,00
Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade			
Saldo inicial	-	-	-
Depreciações do exercício	10.178,43	-	10.178,43
Alienações	-	-	-
Saldo final	10.178,43	-	10.178,43
Activos Líquidos	42.937,57	-	42.937,57

As amortizações do período, no montante de 21.276,88€ foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 25).

10. Participações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2011, a Empresa detinha uma participação associativa no valor de 500,00 € na Relacre – Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal.

11. Locações

Locação Financeira

A Empresa adquiriu no corrente exercício equipamento informático em regime de locação financeira (Nota 8)

31.12.2011			
	Custo de Aquisição	Depreciações acumuladas	Valor Líquido Contabilístico
Equipamento Informático	110.145,50	27.533,61	82.611,89
Total	110.145,50	27.544,61	82.611,89

Em 31 de Dezembro de 2011, as responsabilidades futuras da Empresa ascendem a 57.402,97€.

31.12.2011			
	Capital	Juros	Total
2012	37.429,06	3.843,42	41.272,48
2013	19.973,91	662,33	20.636,24
	57.402,97	4.505,75	61.908,72

No exercício de 2011 foram reconhecidos gastos com juros no montante de 9.166,19€.

Locações Operacionais

A Empresa possui equipamento de transporte em regime de locação operacional cujos contratos não compreendem nenhuma cláusula de renovação ou opção de compra no seu final, à data de 31 de Dezembro de 2011, as responsabilidades futuras ascendem a 315.569,32€.

	<u>Rendas Vincendas</u>
Locarent - 16 contratos	183.737,73
ALD - Automotive Portugal - 4 contratos	71.137,75
Leaseplan - 2 contratos	60.693,84
	<u><u>315.569,32</u></u>

No exercício de 2011 foram reconhecidos gastos com rendas no montante de 164.477,91€ (Nota 22).

12. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Matérias-primas, sub e consumo	367.407,43	338.814,14
Adiantamentos p/ conta de compras	136,56	2.498,38
	<u><u>367.543,99</u></u>	<u><u>341.312,52</u></u>

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 detalha-se conforme se segue:

	2011		
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências iniciais	-	338.814,14	338.814,14
Compras	-	1.084.089,38	1.084.089,38
Regularização de existências	-	12.839,26	12.839,26
Existências finais	-	367.407,43	367.407,43
Custo do Exercício	0,00	1.068.335,35	1.068.335,35

	2010		
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências iniciais	-	245.165,43	245.165,43
Compras	612.718,55	1.750.240,54	2.362.959,09
Regularização de existências	-	9.330,89	9.330,89
Existências finais	-	338.814,14	338.814,14
Custo do Exercício	612.718,55	1.665.922,72	2.278.641,27

13. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa tinha as seguintes dívidas de clientes:

	2011	2010
Clientes	426.174,14	4.434.163,81
Clientes do Grupo (Nota 7)	323.811,62	216.000,00
Perdas por Imparidade	-293.028,41	-216.000,00
	<u>456.957,35</u>	<u>4.434.163,81</u>

O movimento ocorrido na rubrica de perdas por imparidade- clientes foi como se segue:

	2011			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Estaleiros Navais de Viana do Castelo	<u>216.000,00</u>	<u>185.028,41</u>	<u>108.000,00</u>	<u>293.028,41</u>

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, o movimento ocorrido em "Imparidade de dívidas a receber" foi como segue:

	2011	2010
Imparidade - dívidas a receber	<u>77.028,41</u>	<u>216.000,00</u>

14. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica do "Estado e Outros Entes Públicos" apresentava a seguinte composição:

	2011		2010	
	activo	passivo	activo	passivo
IRC - Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas	389.720,50	-	-	779.467,99
Retenção do IRS	-	102.246,50	-	136.016,50
IVA - Impostos sobre o valor acrescentado	-	437.696,22	-	502.285,25
CGA - Caixa geral de aposentações	-	172.182,07	-	179.842,96
Segurança social	-	29.651,77	-	31.667,12
ADSE -assistência na doença aos servidores civis do Estado	-	9.644,73	-	10.289,40
	<u>389.720,50</u>	<u>751.421,29</u>	<u>-</u>	<u>1.639.569,22</u>

O valor de IRC tem a seguinte discriminação:

	2011		2010	
	activo	passivo	activo	passivo
Estimativa do imposto do exercício (Nota 19)	-	61.705,42	-	1.079.367,41
Pagamento especial por conta	-	-	-	188.178,00
Pagamentos por conta	281.649,00	-	-	-
Retenções na fonte	169.776,92	-	-	111.721,42
	<u>451.425,92</u>	<u>61.705,42</u>	<u>-</u>	<u>779.467,99</u>
IRC	<u>389.720,50</u>			<u>779.467,99</u>

15. Outras Contas a Receber e a Pagar

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, as rubricas "Outras Contas a Receber" e "Outras Contas a Pagar" apresentavam a seguinte composição:

	2011	2010
<u>Outras Contas a Receber</u>		
Accionista a)	17.472.812,15	15.580.333,34
Juros a receber	27.275,04	85.771,34
Prestações de serviços em curso b)	335.376,38	732.000,00
Outros	11.728,74	5.980,26
	<u>17.847.192,31</u>	<u>16.404.084,94</u>
<u>Outras Contas a Pagar</u>		
Fornecedores de Investimento	186.660,68	768.036,79
Remunerações a liquidar c)	980.185,00	1.922.000,00
Renda - contrato de concessão d)	68.656,36	134.567,40
Outros acréscimos e gastos e)	141.987,06	475.389,12
Pessoal	940,78	2.017,42
Outros devedores e credores	55.723,49	89.853,41

1.434.153,37	3.391.864,14
--------------	--------------

a) Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Accionista" tinha a seguinte composição:

	2011	2010
<u>Accionistas - Empordef – SGPS (Nota 7)</u>		
Capital (i)	17.063.061,67	15.500.000,00
Juros vencidos e não liquidados (ii)	409.750,48	80.333,34
	<u>17.472.812,15</u>	<u>15.580.333,34</u>

(i) À data de 31 de Dezembro de 2011, os juros vencidos ascenderam a 626.666,75€ (Nota 26).

(ii) Em Janeiro de 2012 foi liquidada a nota de débito nº6/2011 referente a juros do 2º trimestre do ano no montante de 237.223,96€.

O capital mutuado venceu juros à taxa média ponderada dos depósitos e/ou aplicações a prazo, obtidos pela AA S.A., com o mesmo prazo de mútuo junto da banca.

- b) O rédito referente às prestações de serviços em curso é reconhecido em função da facturação emitida no mês seguinte, visto que toda a produção mensal é facturada no mês seguinte.
- c) Inclui os gastos com férias referente ao exercício de 2011 a liquidar em 2012.
- d) Inclui o gasto do exercício de 2011 referente à renda da concessão a pagar ao Estado Português de acordo com a cláusula 18.º do contrato de concessão (Nota 22).
- e) Inclui os gastos com ADSE referentes ao 4º trimestre de 2011 e liquidados no mês de Janeiro de 2012 (81.000 €).

16. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, as rubricas do activo corrente e do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2011	2010
<u>Diferimentos activos</u>		
Seguros	47.680,14	79.931,11
Outros gastos a reconhecer	26.316,47	19.087,90
	<u>73.996,61</u>	<u>99.019,01</u>
 <u>Diferimentos passivos</u>		
Outros rendimentos diferidos	741,21	738,99
	<u>741,21</u>	<u>738,99</u>

17. Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2011, o capital da Empresa era composto por 6.480.000 acções nominativas, com valor nominal de 5 €, cada uma, sendo detido na totalidade pela Empordef –

Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A.. No exercício de 2009 foi realizado em dinheiro a parcela de 16.200.000 € e os restantes 50% foram realizados no exercício de 2010.

Nos termos aprovados pela Assembleia Geral, o resultado líquido do exercício de 2010, no montante de 2.771.892,37 €, foi aplicado da seguinte forma:

	2010
Reserva Legal	138.594,62
Resultados Transitados	1.940.324,66
Dividendos	<u>692.973,09</u>
Resultado Líquido	<u>2.771.892,37</u>

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, a informação relativa a subsídios obtido do governo eram como segue:

	2011	2010
Subsídio não monetário	91.174.233,09	94.058.804,85
Rédito do ano (Nota 24)	<u>-2.884.315,65</u>	<u>-2.884.571,76</u>
	<u>88.289.917,44</u>	<u>91.174.233,09</u>

O subsídio do governo não monetário associado à concessão de activos não correntes foi reconhecido no capital próprio. O valor do subsídio é reconhecido como rédito à medida que os activos com os quais se relaciona vão sendo amortizados.

18. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das actividades da Empresa. O Conselho de Administração entende que, nessas datas, o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2011 não existiam contas a pagar a fornecedores com data de vencimento superior a 90 dias.

19. Imposto sobre o rendimento

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC à taxa normal de 12,5% na parte da matéria

colectável que não ultrapasse os 12.500 Euros e 25% na parte excedente, sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável.

A empresa tem por política reconhecer nas suas demonstrações financeiras o efeito fiscal das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e fiscais. Constituem base para o cálculo de imposto diferido os ajustamentos sobre dívidas a receber não aceites fiscalmente.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 é detalhado conforme se segue:

	2011	2010
Resultado antes de imposto	-2.212.807,78	3.808.329,79
Taxa nominal de imposto até 12.500 euros	14,00%	14,00%
Taxa nominal de imposto superior a 12.500 euros	26,50%	26,50%
Imposto esperado	-586.394,06	1.007.644,89
Diferenças permanentes	-2.773,61	2.408,53
Diferenças temporárias	30.648,42	42.930,00
Impostos diferidos de exercícios anteriores		-
Ajustamentos à colecta - tributação autónoma	61.705,42	26.383,99
Imposto sobre o rendimento do exercício	-496.813,84	1.079.367,42
Taxa efectiva de imposto		28,34%
Imposto corrente do exercício	61.705,42	1.079.367,42
Imposto diferido - prejuízos fiscais	-558.519,26	
Imposto diferido gerado no exercício	-9.183,15	-42.930,00

Tal como evidenciado no quadro acima, existem diferenças temporárias dedutíveis (perdas fiscais) relativamente às quais não foi reconhecido qualquer activo por impostos diferidos no balanço por não existirem certezas quanto à sua recuperabilidade.

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

	<u>Activos por Impostos Diferidos</u>	
	2011	2010
Perda de Imparidade – dívidas a receber	52.113,15	42.930,00
	52.113,15	42.930,00

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 foi como se segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Saldo em 1 de Janeiro	42.930,00	-
Movimentos do exercício		
Perdas de Imparidade	9.183,15	42.930,00
Saldo em 31 de Dezembro	<u>52.113,15</u>	<u>42.930,00</u>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa de 2009 a 2011 podem ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011.

20. Rédito

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica "Vendas e serviços prestados" apresentava a seguinte composição:

	<u>2011</u>			<u>2010</u>		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas		-	0,00	644.978,26	-	644.978,26
Prestações de Serviços	13.608.145,06	122.458,10	13.730.603,16	26.191.022,84	47.405,00	26.238.427,84
Outros	670,00	-	670,00	2.000,00	-	2.000,00
	<u>13.608.815,06</u>	<u>122.458,10</u>	<u>13.731.273,16</u>	<u>26.838.001,10</u>	<u>47.405,00</u>	<u>26.885.406,10</u>

21. Subsídio à Exploração

O subsídio à exploração registado no exercício de 2011 no montante de 38.023,36 €, resulta do co-financiamento pelo POPH (programa operacional potencial humano) dos gastos incorridos em acções de formação, nomeadamente: (i) remunerações de formadores, do coordenador pedagógico e pessoal de apoio, (ii) gastos com preparação e organização do Dossier Técnico Pedagógico e (iii) gastos com a reprodução de manuais didácticos.

22. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios de 2011 e 2010 pode ser detalhada como segue:

<u>2011</u>	<u>2010</u>
-------------	-------------

Subcontratos	856.255,41	2.150.801,07
Trabalhos Especializados	122.257,24	130.931,75
Publicidade e Propaganda	17.411,65	15.713,08
Vigilância e Segurança	101.890,80	102.100,00
Honorários	77.632,53	271.908,60
Conservação e Reparação	200.532,93	260.288,92
Materiais	55.375,45	95.962,03
Electricidade	311.266,42	376.982,16
Combustíveis	72.061,40	58.858,37
Gás	37.678,82	30.025,76
Deslocações, Estadas e Transportes	40.871,29	79.515,64
Rendas e Alugueres a)	269.799,06	305.179,67
Comunicação	49.499,96	45.717,79
Seguros	215.519,48	232.543,21
Contencioso e Notariado	3.307,24	104,50
Despesas de Representação	13.256,02	20.129,52
Limpeza, Higiene e Conforto	267.831,82	550.016,92
Diversos	14.164,26	6.873,03
	<u>2.726.611,78</u>	<u>4.733.652,02</u>

a) - Inclui rendas de aluguer de viaturas 164.477,91€ (Nota 11) e renda do contrato de concessão 68.656,36 € (Nota 15).

23. Gastos com Pessoal

A repartição dos "Gastos com o Pessoal" nos exercícios de 2011 e 2010 é a seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Remunerações dos Órgãos Sociais	201.498,20	243.128,00
Remunerações do Pessoal	11.446.878,09	13.447.064,28
Encargos sobre Remunerações	1.926.513,28	2.200.522,54
Seguros de Acidentes no Trabalho	162.431,99	200.505,62
Gastos de Acção Social	75.842,88	97.371,91
Outros Gastos com o Pessoal	114.290,15	159.991,25
	<u>13.927.454,59</u>	<u>16.348.583,60</u>

24. Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica Outros rendimentos e ganhos inclui, o subsídio do governo não monetário associado à concessão (anexos III e IV do contrato de concessão) de activos não correntes - a 2.884.315,65€ (Nota 17).

O subsídio não monetário é imputado numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relaciona.

25. Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização

O detalhe da rubrica é conforme se segue:

	2011	2010
Activos Tangíveis (Nota 8)	3.085.655,33	2.960.428,56
Activos Intangíveis (Nota 9)	21.276,88	10.178,43
	<u>3.106.932,21</u>	<u>2.970.606,99</u>

As amortizações dos activos tangíveis, reflectem as depreciações dos bens concessionados à Arsenal do Alfeite S.A., que à data de 31 de Dezembro de 2011 ascenderam a 2.884.315,65 €.

26. Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, os juros e rendimentos similares obtidos têm a seguinte composição:

	2011	2010
Juros Obtidos de Depósitos	427.098,49	422.406,08
Juros Obtidos de Empréstimos Concedidos (Nota 15)	626.666,75	99.865,76
	<u>1.053.765,24</u>	<u>522.271,84</u>

27. Resultado por Acção

O Resultado por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 foi determinado conforme se segue:

	2011	2010
Resultado líquido do período	-2.265.330,05	2.771.892,37
Número médio ponderado de acções	6.480.000	6.480.000
Resultado por acção básico	<u>-0,35</u>	<u>0,43</u>

28. Outras Informações

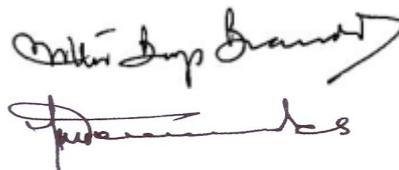
Regista-se, ainda, no decorrer do ano de 2011, a interposição, por parte do consórcio "Slimcei - Sociedade de Limpezas, Manutenção e Comercialização de Equipamentos Industriais, Lda/Iberlim - Sociedade Técnica de Limpezas, S.A.", de uma acção judicial contra a Arsenal do

Alfeite, S.A., em virtude da resolução sancionatória do contrato de limpezas industriais e movimentação de cargas, adjudicado a coberto do Concurso Público n.º 01/2009, ocorrida no término do ano de 2010.

A esse respeito, ressalva-se o indeferimento, por parte do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, da Providência Cautelar intentada pelo consórcio (Processo n.º 70/11.6BESNT), estando ainda pendente de resolução judicial a respectiva Acção Administrativa Especial, cujos autos correm no mesmo Tribunal (Processo n.º 295/11.4BESNT).

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Two handwritten signatures in black ink, one above the other, representing the Council of Administration.





